

Trapalhões

- 3 MAI 1987

Canal do Brasil
Fernando Pedreira

CONTA Bernard Berenson que Oscar Wilde, quando estava na Itália, costumava visitá-lo freqüentemente em sua vila de Florença. Wilde era um causeur admirável que encantava e divertia seus amigos com inesgotáveis histórias, anedotas e frases de espírito. Certa vez, entretanto, mal chegado à casa do seu anfitrião, ele se desculpou: não tinha tido tempo de preparar nenhum novo tema para aquela noite e, por isso, pedia permissão para repetir a mesma história que havia contado cinco ou seis semanas antes, e que tanto sucesso fizera...

Poetas, atores e políticos (e jornalistas também) têm muitas coisas em comum. Sempre que possível, devemos apresentar um número novo, inédito e original. A longo prazo, entretanto, variações sobre o mesmo tema são inevitáveis, e, muitas vezes, o melhor é fugir das improvisações e repetir um bom número antigo.

Oscar Wilde era um extraordinário talento. Não se deve no entanto esquecer que há autores, atores e políticos (jornalistas também) de todos os tipos e para todas as platéias. Um artista que faz sucesso nos teatros do Meio-Oeste americano pode muito bem fracassar na Broadway. Assim como os clássicos da *Comédie Française* nem sempre caíam bem num teatro de vaudeville ou no Scala (não o de Milão, mas o do espanhol Francisco Recarey).

Canastões, divas, Pavarottis, fribusteiros de opereta, há de haver sempre de tudo na política e nas artes, e não há por que supor que o Brasil deva ser, neste particular, diferente dos outros países.

O grande espetáculo da Nova República não se dá na Praça Tiradentes, mas na Praça dos Três Poderes. E tanto quanto no teatro da vida real há por lá de tudo — ou quase tudo: pois a verdade é que não há hoje na cena de Brasília, ao menos nos papéis mais visíveis, nenhum ator de primeira ou sequer de segunda grandeza. Não há nenhum Oscar Wilde, embora possa haver canastões medíocres, travestidos de demagogos e tecnocratas.

A peça ainda agora encenada no provinciano (palaciano) palco brasileiro, a novela da reforma ministerial ainda inacabada, serviu apenas para comprovar que as nossas piores suspeitas eram verdadeiras.

O Brasil não tem presidente — ou melhor: o Brasil tem um presidente que não foi imposto pelos militares, mas também não foi eleito. Um presidente que (talvez por isso) não preside, mas usa o seu próprio poder, o seu próprio dever de governante, para armar intrigas e promover a divisão de suas próprias forças, sem pejo de queimar nesse jogo até os que mais confiam (ou confiavam) nele, como o jovem governador do Ceará ou o esforçado ministro dos Transportes.

A conseqüência é que o país se descobre sem governo, os ministros desmoralizam-se antes mesmo de assumir seus postos, e somos todos forçados a assistir em cena aberta a essa troca de chumbo e de vilanias entre os homens que deviam representar a nação, mas na verdade representam apenas ambições pessoais e os interesses das diversas patotas reunidas em torno de cada chefe

partidário. Enquanto cá embaixo, na platéia, a inflação e a crise cambial comem os salários, desmontam a classe média esmagada pelos impostos e sufocam a economia, paralisando o país.

Um presidente que não preside; um presidente que, em vez de governar, se embarça em tramas de politicalha getuliana; um presidente que faz sucesso no Meio-Oeste, mas não sabe como enfrentar, não os leões da Broadway (pois em Brasília não há hoje leões de verdade), mas as hienas e os chacais desta espécie de Las Vegas em que se transformou a nossa capital federal — um presidente assim já não seria pouco, mas, infelizmente, ainda não é tudo.

Em volta dele, os responsáveis maiores pelos partidos e pelo Congresso, os governadores, os líderes empresariais e classistas (na verdade, pelegos cevados pelo imposto sindical), em vez de se unirem para tentar impor ao presidente fraco o caminho do interesse público, dividem-se e aproveitam a crise para morder com mais apetite a burra da República.

Orá, pois, o presidencialismo não funciona sem presidente. O parlamentarismo não funciona sem partidos políticos dignos deste nome, fortes e responsáveis. Não temos um e também não temos (menos ainda) os outros. Que fazer?

Em verdade, a rigor, não se poderia sequer culpar o cidadão Sarney pelo desastre. Ele não foi eleito presidente, não pretendia ser presidente, nem sequer se candidatou à presidência. Houve quem registrasse, até, na noite trágica em que se declarou a doença de Tancredo, um diálogo patético entre ele, Sarney, e seu hoje rival, Ulysses Guimarães. Disse Sarney a Ulysses: "Quem assume é você. O cargo é seu." "Não, Sarney", respondeu Ulysses: "Quem assume é você. Você é o vice." Naquele momento, nem mesmo se sabia que a substituição não seria temporária, mas definitiva. O cidadão Sarney assustava-se com a responsabilidade de ocupar, ainda que por dias, um lugar que não era seu.

Ninguém pode dizer com certeza por quanto tempo o Brasil será ainda capaz de sobreviver, mergulhado nesta torpe e funda crise em que foi metido pela dupla Ulysses-Sarney. O fato, entretanto, é que para esta crise, que é essencialmente uma crise de poder, só há duas saídas possíveis.

Uma delas comprovadamente não presta e está hoje até fora de moda: é a ditadura; uma espécie qualquer de salazarismo, com ou sem José Sarney. A outra é a saída constitucional, eleitoral. Devolva-se o poder ao povo. Que falem as urnas.

Tudo o que é preciso, agora, é que os constituintes tomem vergonha, ponham mãos à obra, concluam o seu trabalho num prazo decente (até o fim de setembro, por exemplo) e convoquem eleições diretas para o princípio de 1988. Não se deve esquecer que, promulgada a nova Constituição, Sarney e José Aparecido ficarão sendo os dois últimos (e únicos) governantes biônicos do país. Não seria conveniente preservar essa anomalia além do prazo estritamente necessário.

Para um governo de transição, como o atual, três anos bastam e sobram. Chega.